

## Notícias Federais

<b>Assuntos Econômicos.....</b>	<b>4</b>
<i>Comissão do Trabalho debate o projeto que regula as atividades dos Representantes Comerciais Autônomos .....</i>	<i>4</i>
<i>Câmara aprova novos procedimentos aplicáveis a crimes contra propriedade imaterial .....</i>	<i>5</i>
<i>Aprovada política para combater falsificação de remédio, cosmético e alimento .....</i>	<i>5</i>
<i>Romero Jucá lê parecer à Medida Provisória 563 .....</i>	<i>7</i>
<i>Presidente do Banco Central Alexandre Tombini fala sobre Política Monetária .....</i>	<i>8</i>
<i>CNI e congênere indiana criam Fórum de Executivos .....</i>	<i>8</i>
<b>Meio Ambiente.....</b>	<b>9</b>
<i>Comissão Mista da MPV 571/2012 – Código Florestal – aprova seu Plano de Trabalho .....</i>	<i>9</i>
<i>Supremo arquiva mandado de segurança contra MP do Código Florestal .....</i>	<i>9</i>
<b>Infraestrutura.....</b>	<b>10</b>
<i>Câmara aprova Medida Provisória 559 .....</i>	<i>10</i>
<b>Tributos.....</b>	<b>11</b>
<i>Projeto autoriza criação de tributo para compensar desequilíbrios de concorrência .....</i>	<i>11</i>
<b>Política Social.....</b>	<b>13</b>
<i>Aprovada divulgação obrigatória de projetos culturais com incentivo, mas sem avaliação final.....</i>	<i>13</i>
<i>Plano Nacional de Educação (PNE) .....</i>	<i>14</i>

## **Relações do Trabalho ..... 15**

*Comissão de Constituição e Justiça aprova extinção da cobrança do adicional de 10% do FGTS para junho de 2013..... 15*

*Projeto que trata da Contratação de Seguro Acidente é aprovado na Comissão de Assuntos Sociais..... 15*

*Audiência pública debate o Simples Trabalhista ..... 16*

*Trabalhador poderá ter licença para acompanhar parente idoso doente ..... 17*

*Comissão de Assuntos Sociais rejeita projeto que trata de representação do trabalhador na empresa..... 17*

## **Questões Institucionais..... 18**

*Assinatura Eletrônica para projetos de iniciativa popular é aprovada em comissão ..... 18*

## **Notícias Estaduais**

### **Assuntos Econômicos..... 18**

*Indústria do Paraná tem leve crescimento no primeiro quadrimestre ..... 18*

*Paraná lidera criação de empregos na indústria em abril ..... 19*

### **Meio Ambiente..... 20**

*SESI e SENAI do Paraná estarão na Rio+20 ..... 20*

*Governo mostra ações para o desenvolvimento sustentável na Rio+20 ..... 22*

*IAP passa a divulgar diariamente dados sobre qualidade do ar ..... 24*

*Tecpar é autorizado a fazer auditorias sobre conservação ambiental ..... 25*

### **Infraestrutura..... 26**

*Ministro do Esporte garante apoio para obras da Copa ..... 26*

*Deputados aprovam em Plenário relatório da CPI dos Portos ..... 27*

# Notícias SEMANAIS

Departamento de Assuntos Legislativos  
nº 24. ano VIII. 15 de junho de 2012



<i>Comissão de Finanças aprova parecer para a criação da Região Metropolitana de Umuarama.....</i>	<b>28</b>
<b><i>Política Social.....</i></b>	<b>28</b>
<i>Governo do Paraná amplia rede de ensino profissional .....</i>	<b>28</b>

## Notícias Federais

### Assuntos Econômicos

#### *Comissão do Trabalho debate o projeto que regula as atividades dos Representantes Comerciais Autônomos*

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP realizou audiência pública sobre o PL 1.439/07, que dispõe sobre as atividades dos representantes comerciais autônomos, com presença dos representantes da CNI, Edésio Reichert; do Conselho Federal dos Representantes Comerciais, Manoel Affonso Mendes de Farias Mello; da Federação do Comércio do Estado do Paraná, Paulo César Naujack e do Sindicato dos Representantes Comerciais de Pernambuco e Empresas de Representação do Estado de Pernambuco, Severino Nascimento Cunha.

A audiência foi presidida pelo deputado Augusto Coutinho (PTB/PE) e teve a participação dos deputados Sandro Mabel (PMDB/GO), relator do projeto na CTASP, e Chico Lopes (PCdoB/CE).

O PL 1.439/07, na sua redação original, estabelece que a indenização dos representantes comerciais, devida na rescisão contratual sem justo motivo, será no valor não inferior a 1/20 do total da retribuição auferida nos últimos três anos de vigência do contrato. O direito à indenização ficará sujeito ao prazo prescricional de dois anos, contado da rescisão do contrato.

O relator do projeto, deputado Sandro Mabel (PMDB/GO), apresentou substitutivo que fixa o percentual mínimo de indenização em 1/12 do total da retribuição auferida nos últimos cinco anos de representação. Após a extinção do contrato, o prazo prescricional para reclamar eventual indenização e demais direitos garantidos por lei será de dois anos.

A legislação atual estabelece que seja devida ao representante comercial, em decorrência de rescisão contratual, uma indenização cujo montante não será inferior a 1/12 (um doze avos) do total da retribuição auferida durante o tempo em que exerceu a representação.

A CNI tem posição convergente ao projeto, pois entende que ele traz maior segurança jurídica para os setores que negociam seus produtos mediante representação comercial. Edésio Reichert, representante da CNI, falou da importância dos representantes comerciais para as empresas e da necessidade de se fixar um limite de tempo para o cálculo da indenização no caso de rescisão contratual sem justo motivo.

Os representantes do Conselho Federal dos Representantes Comerciais, do Sindicato dos Representantes Comerciais de Pernambuco e Empresas de Representação do Estado de Pernambuco e da Federação do Comércio do Estado do Paraná, defenderam a manutenção da atual legislação da categoria, enfatizando que os representantes comerciais ampliam os mercados da indústria e que o trabalho desenvolvido por eles contribuem diretamente para o crescimento das empresas.

Ao final, o deputado Sandro Mabel (PMDB/GO) informou que o projeto deverá entrar em pauta após a realização das eleições municipais.

Fonte: CNI

## [Política Industrial](#)

### ***Câmara aprova novos procedimentos aplicáveis a crimes contra propriedade imaterial***

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o PL 2729/2003 na forma de Emenda Substitutiva Aglutinativa Global. A emenda reproduz os termos do PL 8052/2011, do Poder Executivo, que altera o Código de Processo Penal em relação aos procedimentos aplicáveis a crimes contra propriedade imaterial.

Entre as principais inovações em relação ao sistema vigente, destacam-se:

- Permite a perícia de bens apreendidos por crime contra os direitos autorais por amostragem (lotes) e não sua totalidade;
- Autoriza o juiz a determinar a destruição da produção ou reprodução apreendida;
- Possibilita à autoridade policial representar e ao Ministério Público requerer ao juiz a destruição dos bens apreendidos - atualmente somente é permitido ao ofendido;
- Obriga a determinação da destruição de bens apreendidos na sentença; e
- Permite ao juiz optar pela determinação do perdimento dos equipamentos apreendidos em favor da Fazenda Nacional, que poderá destruir, incorporar, por economia ou interesse público, ou doar os referidos equipamentos aos Estados, Municípios, Distrito Federal, ou às instituições públicas de ensino e pesquisa ou de assistência social, que, por sua vez, não poderão comercializá-los.

As inovações, que procuram facilitar a comprovação da materialidade delitiva nos crimes contra a propriedade imaterial, são salutares para a indústria, em especial para os segmentos dedicados à produção de obras artísticas de mídia sonora e cinematográfica.

Permitir que a perícia sobre os objetos apreendidos seja feita por amostragem, e não objeto por objeto, como ocorre atualmente, tornará a constatação da materialidade dos crimes mais célere. Além disso, é benéfica a determinação antecipada de destruição das reproduções ilegais, mediante manifestação do Ministério Público, na hipótese de o requerimento respectivo ser formulado pela autoridade policial ou pela vítima, ante a função concomitante de parte acusatória e de custos legais desenvolvidas pelo Ministério Público no processo penal.

O projeto segue para o Senado.

Fonte: CNI

### ***Aprovada política para combater falsificação de remédio, cosmético e alimento***

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, em decisão terminativa, projeto que institui a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária. A

iniciativa visa fortalecer o combate à falsificação de medicamentos, alimentos e cosméticos, além de outros produtos como cigarros, materiais médico-hospitalares e odontológicos.

O autor do projeto (PLS 126/2011), senador Humberto Costa (PT-PE), manifestou preocupação especial com a pirataria de medicamentos, “fenômeno antigo” que vem crescendo por causa da procura por remédios para tratamento de disfunção erétil e de obesidade.

O senador considera urgente a adoção de mecanismos para o enfrentamento da situação, “que oferece grave risco sanitário para a população, pois, diferentemente de outros produtos, medicamentos falsificados são potencialmente letais”, como alertou.

O parlamentar destaca ações já implementadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para identificação de fábricas clandestinas, destruição de produtos piratas e interdição de pontos de venda dos produtos. Ele considera necessário, no entanto, intensificar a articulação e cooperação interinstitucional, de forma a “consolidar os resultados obtidos e permitir fazer os avanços ainda necessários”.

**Articulação:** Humberto Costa diz que apreensões de produtos falsificados são feitas tanto pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária como pelas polícias Federal, Rodoviária e Civil, além da Receita Federal. Para ele, a implementação de uma política nacional possibilitará a articulação do trabalho desses órgãos, de forma a sistematizar as informações, dando maior eficiência ao combate à pirataria.

De acordo com o projeto, deve ser reprimida a pirataria de produtos sujeitos à vigilância sanitária, o que inclui fabricação, distribuição e comércio de produtos falsificados, corrompidos, adulterados, sem registro, em desacordo com a fórmula constante do registro, de procedência ignorada ou quando fabricados ou vendidos por empresas não autorizadas.

A proposta também modifica a Lei 10.446/2002 para incluir “condutas de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produtos destinados a fins terapêuticos ou medicinais” como crimes passíveis de investigação pela Polícia Federal.

Em seu voto favorável a relatora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), informou que a Organização Mundial da Saúde estima que 25% dos remédios vendidos nos países em desenvolvimento sejam falsificados ou adulterados. No Brasil, esse percentual chegaria a 30%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, citados pela senadora.

**Cosméticos:** Sobre a pirataria de cosméticos, Vanessa Grazziotin observa que a produção ilegal ocorre dentro das fronteiras brasileiras, em pequenas fábricas de fundo de quintal ou em pequenos laboratórios.

– A produção está mais próxima dos locais de consumo, o que dificulta a interceptação dos produtos – afirmou a relatora.

Em seu voto, a senadora acatou emenda da redação apresentada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Fonte: Agência Senado

## Comércio Exterior

### **Romero Jucá lê parecer à Medida Provisória 563**

O relator da Medida Provisória 563/2012, senador Romero Jucá (PMDB/RR), apresentou seu parecer à MP. A leitura do parecer foi marcada por questionamentos feitos pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), que quer estender a aplicação do Preço sob Cotação na Exportação – PECEX, à apuração da base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). O PCEX é definido como os valores médios diários da cotação de bens ou direitos sujeitos a preços públicos em bolsas de mercadorias e futuros internacionalmente reconhecidas.

O senador Flexa Ribeiro solicitou vista do projeto de lei de conversão e prazo até o dia 26 de junho para votar a matéria, de modo a tentar negociar com o Governo a aplicação do PECEX à CFEM. Embora Jucá tenha sinalizado que o Governo se comprometeria a rediscutir a CFEM no novo Código de Mineração a ser encaminhado para o Congresso, Flexa mostrou-se reticente e defendeu a aprovação do assunto no momento.

A MP 563/2012 faz parte da segunda etapa do Plano Brasil Maior e versa, em conjunto com a Medida Provisória 564, sobre medidas de estímulo à economia nacional.

O projeto de lei de conversão apresentado pelo relator possui inovações como:

- Criação de regime especial de tributação aplicável à construção ou reforma de estabelecimentos de educação infantil;
- Isenções para os serviços de telecomunicações prestados por meio das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461MHz a 468MHz;
- Ampliação do INOVAR-AUTO (a) para as empresas que comercializem, no País, tratores (87.01), minivan (87.02), station wagons (87.03), veículos para transporte de mercadorias e para uso especiais (87.04 e 87.05), e para (a) novas plantas ou projetos industriais para produção de novos modelos para empresas já instaladas;
- Fixação de um teto de spread para aferição dos juros parâmetro em operações de mútuo realizadas com pessoa vinculada, que pela medida provisória original seria fixado pelo Ministro da Fazenda;
- Equiparação do tratamento fiscal dispensado ao condensado àquele que já é atualmente dado à nafta e aos demais insumos petroquímicos nas importações promovidas por centrais petroquímicas;
- Suspensão de incidência tributária sobre fornecimento de bens, serviços e materiais às empresas nacionais de engenharia, para execução de serviços no exterior;
- Ampliação, de dezembro de 2013 para dezembro de 2018, o prazo para que as pessoas jurídicas protocolizem projetos para empreendimentos enquadrados nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE, caso este em que terão direito à redução de 75% do IR e adicionais;
- Inclusão de smartphones e roteadores digitais entre os beneficiários da Lei do Bem (Lei 11.196/2005); e \_ Fim da responsabilidade objetiva do consultante de banco de

dados de adimplência (cadastro positivo) por eventuais danos materiais e morais causados ao cadastrado.

Fonte: CNI

### ***Presidente do Banco Central Alexandre Tombini fala sobre Política Monetária***

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, afirmou durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que há um fluxo de saída de dólares do país neste momento, mas que a moeda brasileira tem caminhado, em relação ao dólar, junto com o que ocorre com as divisas de outros países.

“Os mercados internacionais devem enfrentar instabilidade ao longo dos próximos trimestres e talvez até nos próximos dois anos, mantendo ainda o cenário de baixo crescimento mundial”, afirmou. Tombini acrescentou que a volatilidade mais acentuada ocorrerá, sobretudo, em mercados de renda variável. O presidente do BC repetiu a análise de que a perspectiva é de baixa expansão econômica global para os próximos anos, o que contribui para um viés de inflação baixa. Para 2012, a projeção é de crescimento global em torno de 2,3%.

Tombini disse ainda que a queda dos juros e do spread e a aceleração da economia irão ajudar no recuo da inadimplência nos próximos meses. Há um recuo no juro real e que o patamar atual está baixo comparado com o histórico do país.

Em relação aos preços disse que a inflação mostra queda importante. A inflação convergirá para o centro da meta de 4,5% este ano e não irá escapar para níveis mais elevados em 2013.

Fonte: CNI

### ***CNI e congêneres indiana criam Fórum de Executivos***

As maiores entidades empresariais do Brasil e da Índia criaram o Fórum de Executivos Brasil-Índia, que será co-presidido por dirigentes das empresas de tecnologia Infosys, indiana, e Stefanini, brasileira. Diretores da Confederação Nacional da Indústria (CNI), onde foi firmado o acordo, e da sua congêneres Federação de Câmaras do Comércio e da Indústria da Índia (FICCI) ocuparão as secretarias executivas do fórum.

O ministro do Comércio e Indústria da Índia, Anand Sharma, que participou do lançamento, disse que o fórum “vai dar a matéria prima de que as joint ventures dos dois países precisam para crescer ainda mais”. Segundo ele, já existe um trabalho conjunto entre empresas brasileiras e indianas, mas em momentos de recessão, como o atual, frisou, é preciso diversificar as parcerias. Sharma assinalou que para evitar os efeitos da crise econômica internacional, Brasil e Índia devem ampliar os investimentos em infraestrutura. Informou que, na Índia, as inversões no setor somarão US\$ 1trilhão nos próximos cinco anos.

O diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi, enfatizou que os Brics (grupo de países formado por Brasil, Índia, China, Rússia e África do Sul) são os únicos



capazes de reerguer a economia mundial, pois responderam à crise com um mercado doméstico forte e uma grande capacidade de abrir novas fronteiras. "O Fórum de CEOs é mais uma forma de buscar maneiras diferentes de cooperação e desenvolvimento", declarou.

O comércio entre Brasil e Índia somou US\$ 8,6 bilhões em 2011, com déficit para o lado brasileiro de US\$ 2,4 bilhões. O Brasil compra no mercado indiano principalmente derivados de petróleo, ceras minerais e produtos farmacêuticos. Entre os maiores itens de exportação para a Índia estão minério de ferro, soja, açúcar e carne de frango.

Fonte: Blog RT

## **Meio Ambiente**

### ***Comissão Mista da MPV 571/2012 – Código Florestal – aprova seu Plano de Trabalho***

A Comissão Mista da MPV 571/2012 aprovou o seu Plano de Trabalho. O relator, senador Luís Henrique da Silveira (PMDB/SC), propôs a realização de uma audiência pública no próximo dia 26 de junho, às 8:00 h, para a qual estão convidados os Ministros do Meio Ambiente (MMA), da Agricultura (MAPA), do Desenvolvimento Agrário (MDA), das Cidades e da Advocacia Geral da União (AGU), bem como os presidentes da EMBRAPA e da Agência Nacional de Águas (ANA). Já no dia 04 de julho, também às 8:00 h, o relator fará a leitura do seu parecer, contendo sua apreciação das 696 emendas submetidas pelos parlamentares dentro do prazo regimental; é possível que a votação do parecer ocorra na semana seguinte, dia 10 de julho. A MPV 571 faz alterações à recém sancionada lei do Novo Código Florestal, para suprir as lacunas deixadas pelos vetos da Presidência, e trancará a pauta da Câmara a partir de 12 de julho.

### ***Supremo arquiva mandado de segurança contra MP do Código Florestal***

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou o mandado de segurança impetrado por cinco deputados da Frente Parlamentar Agropecuária contra a Medida Provisória 571/12, que modifica o novo Código Florestal.

"Descabe trazer essa questão ao Poder Judiciário", disse o ministro, na decisão tomada na terça-feira (12) e anunciada pelo STF nesta quarta-feira (13).

Para os deputados da frente, a MP não observou o devido processo legislativo constitucional, porque foi editada antes de esgotado o processo de análise do Código Florestal, que ainda depende de discussão pelo Congresso dos 12 vetos e das 32 modificações feitas pela presidente Dilma Rousseff.

Fux afirmou, no entanto, que a edição da medida provisória não impede que o Congresso Nacional aprecie os vetos. "Caberá ao próprio Congresso Nacional, quando da deliberação da MP, o juízo decisivo de saber se haverá ou não a revogação dos preceitos sancionados no PL 1876/99", disse o ministro.

"Nesta ocasião, o Congresso Nacional examinará tanto os pressupostos de edição – relevância e urgência – quanto a oportunidade e conveniência da sua conversão em lei ou da rejeição da MP."

O mandado de segurança foi assinado pelos deputados Ronaldo Caiado (DEM-GO), Domingos Sávio (PSDB-MG), Alceu Moreira (PMDB-RS), Jerônimo Goergen (PP-RS) e Nelson Marquzelli (PTB-SP).

Fonte: CNI e Agência Câmara de Notícias

## **Infraestrutura**

### **Câmara aprova Medida Provisória 559**

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória 559/2012 na forma de projeto de lei de conversão apresentado pelo relator, deputado Pedro Uczai (PT/SC). Uczai havia lido seu parecer na semana passada, mas somente essa semana é que o Plenário apreciou seu parecer.

Originalmente a Medida Provisória 559/2012 autoriza a Eletrobrás a assumir o controle acionário da Celg. Entretanto, Uczai inclui no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória dispositivos que estavam sendo discutidos na Medida Provisória 556/2011, que não foi votada pelo Congresso e perdeu a validade, notadamente a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para obras do PAC, a ampliação do Reporto, a elevação do limite do valor comercial de cada unidade habitacional construída no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida e alteração do Reintegra. O projeto de lei de conversão prevê ainda parâmetro para aquisição de energia por distribuidora.

Durante a apreciação do parecer do relator o PSDB chegou a apresentar destaque para tentar suprimir a aplicação do RDC em obras do PAC. Entretanto, em votação nominal, o destaque foi rejeitado por 221 votos a 150.

A Medida Provisória 559/2012 é uma das últimas medidas provisórias com relatório de

**Plenário:** apenas as Medidas Provisórias 560 e 561 estão sujeitas ao rito antigo de tramitação de MP, sem passagem pela Comissão Mista do Congresso. O texto segue para o Senado Federal.

Abaixo os principais pontos introduzidos pelo relator.

**Aplicação do RDC (Lei 12.462/2011) às ações do PAC:** o RDC permite, no processo licitatório, a adoção dos seguintes procedimentos: a) inversão das fases de habilitação e julgamento das propostas; b) modos de disputa aberto, fechado e combinado, de acordo com a contratação realizada; c) postergação da publicação do orçamento; e d) realização de contratação integrada, remuneração variável e contratação simultânea.

**Reporto:** amplia até 31 de dezembro de 2015 o Reporto (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária). O Regime terminaria no fim de 2011, mas foi prorrogado até 2015 pela MPV 556/2011, que perdeu eficácia.

**Valor das Casas do “Minha Casa Minha Vida”:** aumenta de R\$ 75 mil para R\$ 85 mil o limite do valor comercial de cada unidade habitacional construída no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

**Aquisição de energia por distribuidoras:** determina que o consumo de energia elétrica das unidades consumidoras que realizem micro ou minigeração distribuída, a ser faturado pelas distribuidoras, corresponderá à diferença entre a energia consumida da rede elétrica e a nela injetada. Estabelece que a partir da data de conexão à rede da central micro ou minigeração distribuída, caso o montante da energia injetado seja maior que o consumido, essa energia excedente será adquirida pelas distribuidoras.

**Reintegra:** estabelece forma de recolhimento de tributos federais, no caso de venda no mercado interno ou da não exportação das mercadorias destinadas à exportação que estiverem inseridas no âmbito do Reintegra (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras). No caso de revenda no mercado interno, determina que o pagamento será efetuado até o décimo dia subsequente ao da revenda. Mantém o prazo de 10 dias para recolhimento dos tributos previsto para o caso de não exportação das mercadorias, bem como as regras relativas à incidência de juros e multa.

Permite a opção de aderir ao Reintegra aos empreendimentos industriais instalados nas áreas da SUDAM e SUDENE que fazem jus a crédito presumido do IPI (pela Lei n. 9.826/1999) e às empresas instaladas ou que venham a se instalar nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e que sejam montadoras e fabricantes de veículos automotores que já apurem crédito presumido de IPI (por meio da Lei n. 9.440/1997).

Ainda no âmbito do Reintegra, determina que do valor apurado pela exportadora de bens manufaturados para fins de ressarcir parcial ou integralmente o resíduo tributário federal existente na cadeia de produção, 17, 84% corresponderão a crédito de PIS/PASEP e 82,16% corresponderão a crédito da COFINS.

Fonte: CNI

## Tributos

### *Projeto autoriza criação de tributo para compensar desequilíbrios de concorrência*

A Câmara analisa o Projeto de Lei Complementar 121/11, do deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), que estabelece regras tributárias para prevenir desequilíbrios de concorrência. Entre outras medidas, o texto autoriza a criação de contribuição de intervenção no domínio econômico (Cide) sobre bens e serviços ou sobre a lucratividade obtida com sua produção, comercialização ou prestação.

Segundo o deputado, o objetivo do projeto é combater dois tipos de problemas que afetam a concorrência: a dominância do mercado por uma determinada empresa ou por um pequeno grupo de empresas e a distorção que a própria legislação tributária provoca no mercado de bens e serviços.

**Aplicação da Cide:** Pela proposta, a Cide deverá ser estabelecida por lei específica e poderá ser aplicada a empresa ou grupo de empresas que dominarem o mercado de forma que possa prejudicar o setor. Caso essas empresas tenham se beneficiado por concessão irregular de incentivo fiscal, também poderão sofrer a incidência da contribuição.

As receitas da contribuição deverão ser aplicadas em:

- Infraestrutura e outras obras que agilizem a circulação de bens e facilitem a prestação de serviços;
- Ações relacionadas ao financiamento de empresas de pequeno e médio porte;
- Ações relacionadas à concessão de subsídios financeiros e a outros incentivos destinados ao aumento da oferta ou à redução da concentração de mercado de bem ou serviço;
- Compensação das despesas dos órgãos públicos com a aplicação dos critérios especiais de tributação e com a defesa da concorrência;
- Outras atividades que busquem prevenir desequilíbrios na concorrência e aumentar a competitividade das empresas estabelecidas no País, desde que não financiem despesas públicas correntes.

**Guerra fiscal:** O projeto autoriza o pagamento de créditos a estados que eventualmente sejam prejudicados pela concessão indevida de incentivos fiscais. Nesse caso, a irregularidade na concessão de incentivo fiscal deverá ser reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, ainda que em caráter liminar, ou pelo Senado, e ficará vedada a cobrança cumulativa da Cide.

Para inibir atos e situações que desequilibrem a concorrência, o texto autoriza o Executivo a implementar outras normas de controle, como a obrigação de determinada empresa utilizar selo de controle e até dar baixa compulsória do seu CNPJ.

“Aos que veem nisso uma agressão ao livre exercício profissional, recomendamos a leitura do acórdão referente à Ação Cautelar 1.657-6/RJ, no qual o Supremo Tribunal Federal considerou legítima a interdição de estabelecimento fabricante de cigarro que sistemática e isoladamente deixava de recolher o IPI devido”, destaca Garotinho. Nessa ação, a Corte classificou a conduta do contribuinte como ofensiva à livre concorrência.

**Tramitação:** Antes de ir ao Plenário, o projeto será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## Política Social

### *Aprovada divulgação obrigatória de projetos culturais com incentivo, mas sem avaliação final*

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou projeto de lei (PLS 22/2012) do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que torna obrigatória a publicação de dados sobre projetos culturais que captaram recursos de renúncia fiscal, mas não passaram por avaliação final do Ministério da Cultura.

A matéria segue para ser votada, em decisão terminativa, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Se aprovada e não houver recurso para exame pelo Plenário, poderá seguir para exame da Câmara dos Deputados.

Álvaro Dias alertou para a urgência de se aperfeiçoar a fiscalização de projetos culturais custeados com verbas públicas. Segundo informou na justificção do PLS 22/2012, o Tribunal de Contas da União (TCU) teria constatado irregularidades no acompanhamento e na prestação de contas de iniciativas financiadas pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/1991), mais conhecida como Lei Rouanet.

O fato de tramitar no Congresso Nacional projeto de lei (PL 6.722/2010) criando o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura), que poderá ser o substituto da Lei Rouanet, não invalida a aprovação do PLS 22/2012, na opinião de Álvaro Dias.

- É forçoso reconhecer, com o Tribunal de Contas da União, que a não apreciação de prestações de contas compromete sobremaneira essa política. Se não sabemos se estão sendo adequadamente empregados os recursos, como poderemos, ano a ano, renovar o aporte de recursos tributários, do Imposto de Renda, para a cultura? – questionou o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), relator substituto da proposta.

**Inovação:** A principal inovação do PLS 22/2012, ressaltada no parecer, é a obrigatoriedade de publicação da relação completa dos projetos cuja execução já tenha sido concluída sem avaliação final do Ministério da Cultura.

A proposta determina ainda a especificação do nome do projeto, do responsável por sua execução, do número de registro no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), da data de conclusão, dos recursos captados e da justificativa para a não realização da avaliação final dentro do prazo.

Esses dados deverão ser publicados mensalmente no Diário Oficial da União e no site do Ministério da Cultura. Com isso, comporiam um “portal da transparência” na área de incentivo à cultura, permitindo a fiscalização também por entidades da sociedade civil.

Fonte: Agência Senado

## Educação

### **Plano Nacional de Educação (PNE)**

Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou substitutivo ao Projeto de Lei nº 8035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020. Em razão da apresentação de diversos destaques, será realizada, em 26 de junho, nova reunião da Comissão para votação do texto final.

O substitutivo aprovado apresenta 20 metas que deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PNE, seguidas das estratégias específicas, que contemplam, entre outros, os seguintes temas: alfabetização, educação básica, educação superior, educação profissional e tecnológica, educação especial, educação de jovens e adultos, formação e valorização dos profissionais da educação e financiamento.

Em um contexto inovador, uma vez que o PNE 2000-2010 não trazia nenhuma referência às entidades do Sistema S. O Poder Público anuncia no novo Plano sua intenção de convocar a parceria dos serviços sociais autônomos para realização de algumas metas.

O projeto e o texto principal estabelecem como estratégia para concretização da meta de oferta de educação em tempo integral, estimular as atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação básica, por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical.

Prevê, também, até 2020, a expansão da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica por parte das entidades de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

Destacam-se, ainda, no substitutivo, as seguintes metas e estratégias para o decênio 2011-2020:

- Ampliação do investimento público em educação de forma a atingir, ao final do decênio, no mínimo, o patamar de 7,5 % do PIB considerando o investimento direto e 8% o investimento total;
- Criação de sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas e estruturação de sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional com dados do mercado de trabalho;
- Destinação, na forma da lei, de 50% dos recursos da União, resultantes do Fundo Social do Pré-sal, royalties e participações especiais, referentes ao petróleo e à produção mineral à manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Após aprovação na Comissão Especial, o projeto poderá ser analisado pelo Plenário da Câmara, caso haja recurso contra a decisão da comissão.

Fonte: CNI

## Relações do Trabalho

### **Comissão de Constituição e Justiça aprova extinção da cobrança do adicional de 10% do FGTS para junho de 2013**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, aprovou o parecer do relator, senador Romero Jucá (PMDB/RR), favorável ao PLS-C 198/07, que extingue a cobrança do adicional de 10% do FGTS.

O projeto estava no plenário e, no mês de maio do corrente ano, o senador Walter Pinheiro (PT/BA) apresentou requerimento solicitando que a matéria fosse apreciada pela CCJ.

O relator da proposta na CCJ, senador Romero Jucá (PMDB/RR) apresentou parecer com uma emenda, que alterou a data da cobrança do adicional do FGTS de 31/07/12 para 01/06/13.

A CNI tem posição favorável ao projeto eis que o fim da contribuição de 10% é medida de justiça fiscal favorável à geração de empregos e renda em nosso País e permitirá que os empregadores antevejam uma redução dos encargos sociais e trabalhistas, o que colaborará com o investimento e contratação formal.

Há que se ressaltar que no mês de fevereiro do corrente ano, por meio do relatório de avaliação de receitas e despesas, o governo comunicou ao Congresso que não iria transferir para a CEF neste ano, uma receita de R\$ 2,96 bilhões relativa à contribuição adicional de 10%. Pela legislação em vigor, depois de repassados à CEF, esses recursos devem ser incorporados ao FGTS.

O fato de não transferir para a CEF R\$ 2,96 bilhões, denota a confirmação, pelo governo, de que o FGTS já não é mais deficitário. O cômputo desses valores para formação do superávit primário demonstra a intenção de conferir definitividade a uma contribuição provisória. Não há mais razão para a continuidade do adicional de 10% sobre a multa rescisória do FGTS. Sua extinção reduz o custo do trabalho, aumenta a competitividade das empresas e estimula a geração de empregos formais.

Agora, o projeto segue para o plenário com requerimento de urgência.

Fonte: CNI

### **Projeto que trata da Contratação de Seguro Acidente é aprovado na Comissão de Assuntos Sociais**

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou o parecer favorável com emendas do relator do PLS 92/06, senador Armando Monteiro (PTB/PE).

A redação original do projeto determinava que a responsabilidade pelo pagamento do seguro contra acidente de trabalho do empregado temporário era da empresa tomadora ou cliente do trabalho temporário, bem como estabelecia que a responsabilidade civil seria da empresa de trabalho temporário quando o acidente de trabalho ocorresse em suas dependências, sem prejuízo do seguro contratado pela empresa tomadora ou cliente.

As emendas apresentadas pelo senador Armando Monteiro (PTB/PE) consolidam o entendimento consagrado na Súmula 331 do TST que estabelece a responsabilidade subsidiária da tomadora de serviços quando houver descumprimento das obrigações trabalhistas, por parte da empresa prestadora de serviço, abrangendo todas as verbas trabalhistas referentes ao período da prestação laboral.

A CNI tem posição favorável às emendas apresentadas pelo relator. A nova redação proposta não exclui o tomador de serviços da obrigação do pagamento de nenhuma verba deferida pela Justiça do Trabalho ao empregado. Porém, delimita para os casos de inadimplemento das obrigações trabalhista, por parte da prestadora de serviços, que é com quem o empregado mantém o vínculo trabalhista.

Pelo fato de ser terminativo na CAS, o projeto segue para a Camada dos Deputados.

Fonte: CNI

### *Audiência pública debate o Simples Trabalhista*

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), da Câmara dos Deputados, realizou audiência pública com a finalidade de debater o PL 951/2011, de autoria do deputado Júlio Delgado, que institui o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal (Simples Trabalhista) para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Além da CNI, o evento contou com a participação de várias entidades representativas dos trabalhadores, do setor patronal, dos magistrados do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego, que demonstraram o seu posicionamento e comentaram pontos relevantes do projeto tais como, redução do valor do depósito recursal, possibilidade de parcelamento das férias e do pagamento do 13º salário e o uso da arbitragem nos dissídios individuais.

A CNI entende que o substitutivo apresentado na CDEIC pelo antigo relator, deputado Jorge Corte Real (PTB/PE), e que não foi apreciado pela Comissão aprimorou o projeto, transformando o Simples Trabalhista num instrumento de incidência de regras contratuais trabalhistas diferenciadas no âmbito das microempresas, empresas de pequeno porte e empreendedores individuais, em qualquer tipo de contratação. O substitutivo é um avanço em relação ao projeto original, que tinha como propósito único a regularização da situação de empregados à margem de vínculo formal.

Além disso, o substitutivo ampliou o rol de benefícios incluindo, dentre outros, o pagamento de salário-maternidade diretamente às empregadas pela Previdência Social e a possibilidade de negociação coletiva para redução de intervalo intrajornada. Ademais, inovou ao propor uma nítida prevalência do negociado pelo legislado, bem como a possibilidade de flexibilização de regras trabalhistas que atendam às novas exigências do mercado de trabalho, tendências e posturas que a CNI vem, ao longo do tempo, se empenhando em levar a debate nos meios governamentais e legislativos, pois uma legislação rígida reduz a margem de negociação entre os atores da relação empregatícia.

Fonte: CNI



## **Trabalhador poderá ter licença para acompanhar parente idoso doente**

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3704/12, do deputado Assis Melo (PCdoB -RS), que concede licença remunerada para o trabalhador da iniciativa privada acompanhar o "idoso membro de sua família, consanguínea ou afim", em caso de internação ou tratamento que exija observação permanente. O projeto não especifica o grau de parentesco.

Para o deputado, essa licença vai permitir o cumprimento do Estatuto do Idoso, que já prevê o direito ao acompanhante.

Conforme o projeto, a licença será de até 15 dias por ano, seguidos ou intercalados, "desde que a assistência direta do trabalhador seja indispensável e não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do emprego ou mediante compensação de horário".

O projeto altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

**Tramitação:** A proposta foi apensada ao PL 2012/11, do Senado, que está pronto para inclusão na pauta do Plenário.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## **Comissão de Assuntos Sociais rejeita projeto que trata de representação do trabalhador na empresa**

A Comissão de Assuntos Sociais – CAS, do Senado Federal, aprovou o parecer do relator, senador Cícero Lucena (PSDB/PB), pela rejeição do PLS 252/09. Este projeto tem por objetivo assegurar a eleição pelos empregados de um representante e um suplente nas empresas em que haja por estabelecimento, filial ou unidade, mais de 200 empregados. O representante e o suplente teriam a função de promover o diálogo com a empresa ou empregador.

A CNI tem posição divergente ao projeto, pois o art. 11 da Constituição Federal - que assegura a eleição de um representante dos trabalhadores nas empresas com mais de 200 empregados - prescinde de qualquer regulamentação, por ser autoaplicável. Em cumprimento ao que já determina a norma constitucional, os contornos da representação - como procedimento de eleição e duração do mandato do representante - podem ser dispostos por meio de negociação entre as partes, que melhor podem delinear as necessidades internas de cada empresa.

Quanto às atribuições do representante, não se sustenta a intervenção deste na fiscalização e acompanhamento do cumprimento das leis trabalhistas e previdenciárias. O texto constitucional é claro ao estabelecer que o empregado eleito é representante de seus pares "com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores".

Ressalte-se que, ao conferir prerrogativa de fiscal da lei ao representante, a proposta transfere a este, ainda que de forma suplementar, responsabilidade exclusiva do Poder Público. Fiscalizar e inspecionar disposições legais relativas às condições de trabalho e à proteção dos trabalhadores no exercício profissional é poder de polícia atribuído aos

representantes do Ministério do Trabalho, não podendo, portanto, ser delegado a representante de empregados.

A CNI atuou fortemente pela rejeição do projeto, encaminhando nota técnica com as suas considerações para o relator.

Fonte: CNI

## Questões Institucionais

### *Assinatura Eletrônica para projetos de iniciativa popular é aprovada em comissão*

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou parecer favorável ao projeto de autoria da ex-senadora Serys Slhessarenko, que abre a possibilidade de inclusão de assinaturas eletrônicas nos projetos de lei de iniciativa popular encaminhados à Câmara dos Deputados. Essas iniciativas devem contar com as assinaturas de, no mínimo, 1% dos eleitores brasileiros, distribuídos por pelo menos cinco estados, com não menos do que 0,3% dos eleitores de cada um deles.

O projeto (PLS 129/2010) ainda será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa.

Em seu voto favorável ao projeto, o relator da matéria, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), recorda que já existem os instrumentos tecnológicos capazes de garantir a autenticidade das assinaturas eletrônicas. Por meio da inovação, sustenta ainda o relator, poderá se tornar mais frequente a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular.

- Podemos afirmar que a iniciativa popular passaria de uma situação de quase inviabilidade, demonstrada pela quantidade mínima de projetos com essa origem já apresentados, para a viabilidade completa. O resultado previsível será um incremento considerável na participação popular, a educação cívica dos eleitores e a consolidação da legitimidade das instituições democráticas – observou Raupp.

Fonte: Agência Senado

## Notícias Estaduais

### Assuntos Econômicos

#### *Indústria do Paraná tem leve crescimento no primeiro quadrimestre*

A indústria paranaense fechou o primeiro quadrimestre deste ano com leve crescimento de 0,30% em suas vendas, quando comparado ao mesmo período de 2011. Foi a primeira vez em 2012 que o setor apresentou resultado positivo no acumulado do ano, de acordo com levantamento divulgado pelo Departamento Econômico da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP). Para o presidente da FIEP, Edson Campagnolo, apesar de estar aquém do

esperado pelo empresariado, o desempenho é motivo de otimismo, principalmente devido ao cenário de instabilidade atravessado pela economia mundial.

Em abril, as vendas industriais paranaenses tiveram queda de 2,17% em relação ao mês anterior, decorrente da retração de 14 dos 18 gêneros pesquisados pela FIEP. Entre eles, dois dos três itens com maior participação relativa na indústria do Estado: veículos automotores, com -20,10%, retornando a uma trajetória normal de vendas após aumento de 31,26% em março; e refino de petróleo e produção de álcool, com -2,24%, devido ao menor número de dias trabalhados em abril.

O resultado do quarto mês de 2012, porém, foi 3,06% superior ao de abril de 2011, o que possibilitou o crescimento de 0,30% no quadrimestre. “Os números este ano não são tão bons quanto os de 2011, mas a indústria brasileira e paranaense está ciente do cenário internacional, que pesa negativamente em nosso desempenho”, afirma Campagnolo.

O presidente da FIEP acrescenta que, mesmo com uma desaceleração em relação ao ano passado, a estimativa é que a indústria do Paraná registre novo crescimento em suas vendas em 2012. “O País e o Estado têm sustentado níveis de crescimento acima da média mundial, especialmente pelo aquecimento do consumo interno, e isso é positivo”, declara.

Campagnolo diz também que as medidas de estímulo à economia anunciadas pelo governo brasileiro recentemente, somadas à queda da taxa de juros e do aumento da cotação do dólar, podem minimizar os efeitos da crise internacional. “O momento, porém, é ideal para que sejam reformas estruturantes que garantam o crescimento sustentado do Brasil”, afirma. “Mesmo em um ano eleitoral, o Congresso Nacional deveria retomar a discussão sobre as reformas, para evitar uma piora ainda maior em nosso crescimento”, acrescenta.

**Outros indicadores:** O levantamento do Departamento Econômico da FIEP mostra ainda que, no acumulado do primeiro quadrimestre de 2012, a indústria paranaense apresenta sinais negativos nas vendas dentro do Estado (-7,19%) e positivo nas negociações com outros Estados (+2,05%) e nas exportações (+8,25%).

Sobre o nível de emprego, dez dos 18 gêneros pesquisados registraram resultados positivos em abril. Mesmo assim, houve redução de -2,22% nesse indicador no mês. O emprego diretamente ligado à produção também caiu -0,51%. No ano, o nível de emprego na indústria do Estado apresenta incremento de +2,90% no pessoal empregado total e de +3,75% no pessoal empregado na produção. Já a utilização da capacidade instalada do setor permaneceu constante, situando-se em 77%, confirmando a tendência de desaceleração da atividade industrial.

Fonte: FIEP

### ***Paraná lidera criação de empregos na indústria em abril***

O Paraná aumentou em 4,1% o número de empregados no setor industrial durante o mês do abril deste ano, na comparação com março. O índice coloca o estado na liderança da criação de vagas no setor. Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

(Pimes), divulgada na manhã desta terça-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em âmbito nacional, porém, o emprego industrial mostrou variação negativa de 0,3%, nesse mesmo período. O impacto negativo sobre a média global foi pior em São Paulo (-3,6%), seguido da Região Nordeste (-2,5%), Ceará (-3,6%), Bahia (-3,7%) e Santa Catarina (-1,2%).

O resultado de abril nas 14 regiões pesquisadas pelo IBGE mostra uma perda acumulada de 0,9% em 2012 no número de empregados da indústria. A Pimes confirmou que permanece o “comportamento predominantemente negativo presente desde outubro do ano passado”.

Na comparação entre abril de 2012 e o mesmo mês de 2011, o emprego industrial mostrou queda de -1,4%, sétimo resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto e o mais intenso desde dezembro de 2009 (-2,4%).

**Emprego e produção:** O crescimento do emprego na indústria do Paraná já tinha sido observado em outros meses deste ano. Em março, o estado havia aumentado em 3,2% o emprego na indústria em relação ao mesmo mês do ano passado, enquanto que, no país, o pessoal ocupado no setor recuou 1,2%, nessa comparação.

As vagas industriais no Paraná cresceram com a recuperação da produção, que, em março deste ano, subiu 9,8%, em relação a fevereiro, depois de começar o ano com dois meses seguidos de retração.

Fonte: Gazeta do Povo

## Meio Ambiente

### SESI e SENAI do Paraná estarão na Rio+20

“Meu Sonho Verde” do Sesi e Cifal, e a “Pegada Ecológica” do SENAI estão na programação da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Vinte anos depois da Eco 92, a cidade do Rio de Janeiro volta a ser a sede mundial do meio ambiente e da sustentabilidade. A Rio+20 será realizada no Riocentro entre os dias 20 e 22 de junho. Porém, os eventos paralelos sobre o mesmo tema começam já no dia 13 de junho em diferentes locais da capital fluminense.

A Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) terá forte participação nas atividades que antecedem a Rio+20. O Sesi-PR irá participar do evento do Cifal (Centro Internacional de Formação de Atores Locais). O SENAI-PR, que é signatário dos Princípios para a Educação em Gestão Responsável – PRME, propostos pela ONU, e irá apresentar seus programas de educação no encontro PRME Global Compact.

“A aposta da indústria paranaense para contribuir com as discussões dos eventos que norteiam a Rio+20 é a educação para uma geração de trabalhadores e gestores capazes de promover a sustentabilidade hoje e sempre nas indústrias do Estado”, explica o presidente da FIEP, Edson Campagnolo.

Campagnolo irá participar de diversas atividades durante a semana que antecede o evento oficial da Rio+20. No dia 14 de junho, no Hotel Sofitel Copacabana, a CNI promove o

encontro da Indústria para a Sustentabilidade. “Em 2011, a FIEP elaborou um documento com 18 questões de sustentabilidade com foco no setor produtivo. Essas questões fazem parte de um relatório que a CNI enviou a ONU e que agora será discutido durante o encontro”, destaca Campagnolo.

**SESI e SENAI:** Em um espaço montado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), no Píer Mauá, o Cifal e o Sesi Paraná vão apresentar, no dia 19 de junho, os resultados do projeto “Meu Sonho Verde” ([www.meusonhoverde.com.br](http://www.meusonhoverde.com.br)), um portal onde as pessoas podem registrar seus sonhos verdes em vídeo.

É o caso do curitibano Lucas Andrey de Souza, de sete anos, que postou um vídeo dizendo que o sonho verde dele é que as pessoas não poluam mais o planeta e parem de cortar árvores. O projeto desenvolvido no Paraná foi implantado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em diversos países.

Outro caso de sucesso que será apresentado no espaço da CNI no Píer Mauá é a “Pegada Ecológica de Curitiba”. Projeto pioneiro no Brasil, desenvolvido pelo Senai PR em parceria com a prefeitura de Curitiba, o projeto dimensionou o impacto que as atividades da cidade acarretam para os recursos naturais.

Confira a programação da indústria brasileira na Rio+20. A programação completa está disponível no site [www.rio20.gov.br](http://www.rio20.gov.br).

## Programação CNI

### 16 de junho – sábado

16h às 18h – Uso responsável da água: experiências exitosas (Conselho Nacional do Sesi)

Local: Píer Mauá

### 17 de junho – domingo

10h às 12h – Mineração e Economia Verde (IBRAM)

Local: Píer Mauá

### 18 de junho – segunda-feira

10h às 18h – SENAI e as ações de sustentabilidade

Local: Píer Mauá

### 19 de junho – terça-feira

10h às 12h – A cadeia da moda e a sustentabilidade (ABIT)

14h às 18h – Conhecendo o nosso futuro através das pessoas “Projeto Meu Sonho Verde” (SESI PR)

Local: Píer Mauá

### 20 de junho – quarta-feira

10h às 12h – Apresentação e lançamento do livro fotográfico “Caatinga um novo olhar” (FIEC)

14h às 16 – Do desenvolvimento sustentável à gestão integrada do território (Dr. Luiz Oosterbeek)

16h às 18h – Inovação e Sustentabilidade (IEL)

Local: Píer Mauá

## **21 de junho – quinta-feira**

10h às 12h – Apresentação de projetos voltados para o desenvolvimento da Amazônia (SENAI e Samsung)

15h às 16h – O presente e o futuro das energias Alternativas no Mundo (Dr. Pascual Fernandez)

16h às 18h – Desenvolvimento Sustentável para os dois gigantes Emergentes Brasil e China (Dra. Wei Dan)

**EVENTO PRINCIPAL:** De 20 a 22 de junho, ocorrerá o Segmento de Alto Nível da Conferência, para o qual é esperada a presença de diversos Chefes de Estado e de Governo dos países-membros das Nações Unidas. Os eventos principais da Rio+20 acontecem no Riocentro.

Fonte: FIEP

### ***Governo mostra ações para o desenvolvimento sustentável na Rio+20***

O Governo do Paraná abre quarta-feira (13/06) um estande na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, que acontece na cidade do Rio de Janeiro até o dia 23 de junho.

O espaço, montado no Parque dos Atletas, irá apresentar aos visitantes as principais iniciativas do Estado para o desenvolvimento sustentável, com destaque para o Programa Bioclima Paraná, da Secretaria do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos.

O Bioclima tem por objetivo incrementar as ações voltadas à conservação da biodiversidade paranaense e estabelecer procedimentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, visando a melhoria da qualidade de vida da população estadual. A Copel e a Sanepar também irão apresentar ao público suas ações socioambientais.

Durante a conferência, o governador Beto Richa, que participa de três encontros, vai divulgar um documento chamado "Paraná: o Futuro Que Queremos". O texto foi elaborado pelo Comitê Paranaense para a Rio+20, formado por integrantes da sociedade civil e de instituições públicas e idealizado a partir de uma articulação do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná.

Entre os comitês estaduais, o paranaense é o único que reúne ONGs, movimentos sociais, trabalhadores, comunidade acadêmica, setor empresarial e governo. "O Comitê paranaense elaborou um documento sobre os eixos da Rio+20 retratando a visão dos diferentes segmentos", explica o secretário estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Jonel Lurk.

Segundo o secretário, para ampliar a participação da sociedade o documento foi construído com base em uma consulta pública eletrônica, contribuições de onze reuniões regionais, de reuniões por segmento e de documentos das instituições integrantes do Comitê.

“Cumprimos, portanto, um importante papel de articulação da visão dos paranaenses sobre os últimos vinte anos, tendo como referência a Rio 92 e como perspectiva o futuro desejado”, informa Iurk.

**Agenda:** Durante a Rio+20, além da presença do Estado na Assembleia Geral, o governador Beto Richa integrará a Cúpula Mundial, quando assinará a Declaração do Rio, que lista os compromissos e metas dos governos estaduais pela economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

Na sexta-feira (15/06), Richa apresentará o Programa Bioclima Paraná no Workshop Internacional de Negócios e Biodiversidade, organizado pelo Instituto LIFE, em cooperação com a Convenção da Diversidade Biológica da ONU e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). No encontro, serão apresentadas iniciativas ligadas à conservação da biodiversidade e negócios.

No dia 18 de junho, o governador participará do Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio+20, organizado pelo Pacto Global das Nações Unidas em parceria com o Secretariado da ONU para a Rio+20 e a Rede Brasileira do Pacto Global. A expectativa é de reunir mais de 2.000 participantes durante os quatro dias de evento, que acontecerá no Hotel Windsor Barra.

O propósito do encontro é fortalecer as contribuições da comunidade empresarial para o desenvolvimento sustentável por meio de práticas empresariais responsáveis de grande escala, da difusão das inovações sustentáveis e do estímulo por uma colaboração entre diversos atores da sociedade: empresas, governos, sociedade civil e ONU.

O Paraná também participará dos eventos organizados pelo nrg4SD (Network of Regional Governments for Sustainable Development) entre os dias 17 a 19 de junho.

Na Cúpula dos Povos, o Paraná estará com dois estandes coordenados pelo Comitê Paranaense para a Rio+20. Neste encontro, a sociedade civil organizada formula suas críticas, elabora seus documentos e apresenta reivindicações por justiça social e ambiental.

**Parque dos atletas:** O Parque dos Atletas é vizinho ao Riocentro (sede principal da Conferência) e ficará aberto ao público entre 13 e 24 de junho. Nos dias 20 a 22 somente os chefes de estado e delegados oficiais terão acesso ao espaço. A previsão dos organizadores é de que cerca de 10 mil visitantes circulem diariamente pelas exposições dos 57 países, 21 estados e 15 municípios presentes.

**Eventos:** Rio+20 proporcionará diversas atividades para os participantes: no Riocentro (Conferência e Diálogos para a sustentabilidade), Parque dos Atletas (Exposições institucionais), Arena da Barra (palestras e debates), Parque do Flamengo (Cúpula dos Povos), Museu de Arte Moderna (Exposições temáticas), Espaço VivaRio (eventos culturais), Pier Mauá (exposições tecnológicas e auditórios) e Galpão da Cidadania (gastronomia sustentável, atividades culturais).

Fonte: Agência Estadual de Notícias

### *IAP passa a divulgar diariamente dados sobre qualidade do ar*

A partir desta semana, os dados sobre qualidade do ar em Curitiba e região passam a ser divulgados diariamente. Atualizadas sempre às 16 horas, as informações estão disponíveis no site do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) - [www.iap.pr.gov.br](http://www.iap.pr.gov.br) - no link "[monitoramento ambiental](#)".

Segundo o presidente do IAP, Luiz Tarcísio Mossato Pinto, no ano passado o Estado já tinha inovado com a divulgação semanal dos dados, que antes era mensal. "O nosso objetivo é buscar a publicação cada vez mais eficiente, clara e precisa à população".

O IAP conta com 12 estações de amostragem, das quais sete realizam as coletas de forma automática e no intervalo de leitura de segundos. As estações medem a quantidade de ozônio, dióxido de enxofre, dióxido de nitrogênio, monóxido de carbono, partículas totais em suspensão e partículas inaláveis.

Para o próximo ano, o instituto planeja ampliar a rede de monitoramento na Grande Curitiba e em mais cinco cidades do interior do Estado. Para isso, serão firmadas parcerias e convênios com empresas. Também entrará em vigor a inspeção e controle da qualidade do ar de veículos automotores, pelo Plano de Controle de Poluição Veicular (PCPV).

**Curitiba:** A prefeitura assinou convênio de cooperação técnica inédito com o IAP e o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (Lactec) – que auxilia nas coletas de dados sobre poluição do ar. O convênio prevê repasse de recursos municipais para a administração da estação de monitoramento da qualidade do ar no bairro Santa Cândida. Além da participação de técnicos municipais para a interpretação dos dados juntamente com o IAP e a Lactec.

Segundo Omar Sabbag Filho, presidente do Lactec, o convênio é muito importante porque amplia a atividade da empresa na área ambiental. Para o prefeito de Curitiba, Luciano Ducci, a parceria mostra a preocupação com o meio ambiente, a saúde e qualidade de vida da população.

O secretário estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Jonel Iurk, lembrou que Curitiba tem emissão de gases poluentes e que, com o monitoramento, é possível manter boa qualidade do ar. "Temos em Curitiba e região metropolitana perto de 2 milhões de veículos, além daqueles que trafegam pelas estradas que cruzam os municípios e das atividades industriais".



**Anual:** O IAP apresentou o Relatório Anual de Qualidade do Ar de Curitiba e Região Metropolitana. No documento estão detalhados os índices de poluentes no ar de cada localidade monitorada. O objetivo desse estudo é manter a população informada e servir como instrumento para o acompanhamento e avaliação da eficiência das medidas tomadas pelo governo. O trabalho de análise e monitoramento foi realizado pela Diretoria de Estudos e Padrões Ambientais (Depam) do IAP e está disponível no [www.iap.pr.gov.br](http://www.iap.pr.gov.br).

Fonte: Agência Estadual de Notícias

### ***Tecpar é autorizado a fazer auditorias sobre conservação ambiental***

O Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) e o Instituto Life (Lasting Initiative For Earth) assinaram contrato que permite ao Tecpar Cert, a unidade certificadora do Tecpar, auditar organizações em conservação da biodiversidade. “Somos o primeiro organismo credenciado pelo Instituto Life no mundo para fazer auditorias com o objetivo de conceder a certificação Life”, afirmou o diretor-presidente do Tecpar, Júlio Felix.

A Certificação Life é um mecanismo para atrair investimentos do setor privado para conservação do patrimônio natural. Sua metodologia única possibilita avaliar os impactos da organização na biodiversidade, ao mesmo tempo em que avalia e pontua ações de conservação. “É a única certificação no mundo 100% direcionada à biodiversidade”, explicou a secretária executiva do Life, Maria Alice Alexandre.

De acordo com Maria Alice, países como Inglaterra, Dinamarca e Canadá já manifestaram interesse em apoiar a expansão internacional do trabalho da entidade. “É uma ferramenta importante para garantir que os acordos e tratados firmados entre os países em conferências internacionais realmente sejam colocados em prática pelas organizações e resultem em projetos efetivos de conservação da biodiversidade”, disse.

A metodologia já foi testada com sucesso em empresas como O Boticário, Itaipu Binacional, Posigraf, Magistral Embalagens, Gaia Silva Gaede Advogados Associados e MPX. A parceria entre o Instituto Life e o Tecpar teve início durante os testes piloto da metodologia e culmina com a formalização do processo de credenciamento. O contrato também foi assinado pela gerente do Tecpar Cert, Tânia de Carvalho, e pelo analista ambiental do Life, Marcelo Posonki.

A partir de agora, empresas de todo o Brasil que querem obter a Certificação Life poderão entrar em contato com o Tecpar. Informações adicionais sobre a Certificação Life podem ser obtidas no site [www.institutolife.org](http://www.institutolife.org).

**LIFE:** Apoiado pela ONU, na Convenção sobre a Diversidade Biológica, e pelo Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Life é uma entidade brasileira do terceiro setor, que nasceu em julho de 2009, pela união de esforços da Fundación Avina, Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, Gráfica e Editora Posigraf e Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS).

A entidade tem outras instituições que acreditam e consolidam a iniciativa. O Life qualifica e reconhece organizações públicas e privadas que desenvolvem ações favoráveis à conservação da biodiversidade, colaborando assim com a manutenção de áreas naturais e seus processos ecológicos e a oferta perene dos serviços ambientais (ciclo da água, regulação climática e fornecimento de matéria-prima).

Fonte: Agência Estadual de Notícias

## **Infraestrutura**

### **Ministro do Esporte garante apoio para obras da Copa**

O governador Beto Richa afirmou, durante encontro com o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, em Curitiba, que as obras de infraestrutura urbana, em curso no Estado para a Copa do Mundo de 2014, vão proporcionar melhoria na qualidade de vida da população. Rebelo reafirmou que o ministério dará total apoio para que todos os projetos sejam concluídos no prazo e conforme as exigências da Fifa.

“Mais que obras e novos equipamentos que vão transformar a estrutura das cidades, teremos o desenvolvimento econômico e de novas tecnologias em diversas áreas”, disse o governador. Richa destacou que o Paraná receberá, até a realização do mundial, cerca de R\$ 2 bilhões em investimentos, com recursos do governo estadual e de parcerias com o governo federal.

“A Copa é um momento de superação para o país e para o Paraná, e o ministério vai caminhar junto ao Governo do Estado e com a Prefeitura de Curitiba para realizarmos o mundial dentro das exigências necessárias”, afirmou o ministro, durante almoço na sede da Associação Comercial do Paraná (ACP).

Rebelo também visitou, pela manhã, o Estádio Joaquim Américo (Arena da Baixada), que sediará jogos da Copa do Mundo 2014. “O Paraná conta com o estádio que é exemplo de sustentabilidade”, disse Rebelo. Segundo ele, as obras estão sendo executadas dentro do cronograma.

De acordo com o prefeito Luciano Ducci, as obras de mobilidade urbana e de infraestrutura serão concluídas até o fim do ano que vem. O município tem um programa de investimento de R\$ 298,6 milhões. “Estamos cumprindo todos os prazos estabelecidos pelo ministério e pela FIFA e já realizamos todos os processos licitatórios necessários para as obras”, disse.

O secretário para Assuntos da Copa 2014, Mario Celso Cunha, disse que a visita do ministro a Curitiba foi importante porque o governo federal passa a ter uma visão concreta dos projetos para o mundial, tanto em relação à situação do estádio quanto aos projetos de melhoria urbana.

**Projetos:** Nos últimos 30 dias, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec) autorizou a abertura de licitações para execução das obras do Corredor Aeroporto-Rodoferroviária e do Corredor Marechal Floriano, que integram o PAC da Copa, no valor de

R\$ 69 milhões. Outro projeto autorizado é a requalificação da Avenida da Integração, no trecho entre os municípios de Curitiba e Pinhais.

O projeto do Corredor Aeroporto – Rodoferroviária, no valor de R\$ 48 milhões, compreende a requalificação da Avenida das Torres, da divisa entre Curitiba e São José dos Pinhais até o acesso ao Aeroporto Afonso Pena. Também inclui a requalificação das ruas Comandante Aviador José Paulo Lepinski e Rocha Pombo, em São José dos Pinhais.

O Corredor Marechal Floriano vai promover a requalificação da Avenida das Américas, em São José dos Pinhais. O valor é de R\$ 21 milhões. Na da Integração será feito recapeamento, iluminação, drenagem e paisagismo numa extensão de 5,1 quilômetros, abrangendo seis vias já existentes. O investimento é de R\$ 12,2 milhões.

Estiveram no encontro, o presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP), Edson Ramon; o diretor de futebol do Ministério do Esporte, Ricardo Gomide; o secretário de estado especial de Assuntos para a Copa 2014, Mário Celso Cunha; o presidente do Tecpar, Júlio Felix; o presidente da Junta Comercial do Paraná, Ardisson Naim Akel; e membros do conselho político da ACP.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

### *Deputados aprovam em Plenário relatório da CPI dos Portos*

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Portos de Paranaguá e Antonina – Operação Dallas – foi aprovado, em primeira discussão, durante a sessão plenária da Assembleia Legislativa. O documento (projeto de resolução nº 011/12) destaca a necessidade de implementação de melhorias na infraestrutura da autarquia; a promoção de alterações no regime funcional, passando de CLT para estatutário, fator que evitaria demandas judiciais na área trabalhista; além de otimização no funcionamento operacional do terminal de fertilizantes.

O deputado Fernando Scanavaca (PDT), relator da CPI, lembrou que a comissão atuou paralelamente às investigações de outros órgãos, como a Polícia Federal e a Justiça Federal, com a meta de auxiliar no apontamento de questões administrativas. A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) foi o objeto da investigação parlamentar, que buscou identificar possíveis irregularidades na gestão, em diferentes períodos.

Na opinião do presidente da comissão, deputado Douglas Fabrício (PPS), o trabalho foi extremamente produtivo e importante para mapear problemas e apontar sugestões de melhorias. Além de ouvir ex-superintendentes, ex-diretores e funcionários da APPA, a CPI, integrada pelos deputados Ademir Bier (PMDB), Jonas Guimarães (PMDB), Stephanes Júnior (PMDB), Elio Rusch (DEM), Evandro Júnior (PSDB), Mauro Moraes (PSDB), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Hermas Brandão Júnior (PSB), Scanavaca e Douglas Fabrício, também fez diversas visitas ao porto.

Fonte: ALEP

## **Comissão de Finanças aprova parecer para a criação da Região Metropolitana de Umuarama**

A Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa aprovou os pareceres favoráveis à tramitação de cinco projetos de lei, entre eles o projeto de lei complementar nº 898/11, de autoria do deputado Fernando Scanavaca (PDT), que institui a Região Metropolitana de Umuarama. A proposta foi incluída na pauta dos trabalhos a pedido do relator, deputado Enio Verri (PT).

De acordo com o projeto, a Região Metropolitana de Umuarama deve ser constituída, além de Umuarama, dos municípios de Alto Paraíso, Cruzeiro do Oeste, Ivaté, Perobal, Maria Helena, Xambrê, Altônia, Alto Piquiri, Brasilândia do Sul, Esperança Nova, Cafezal do Sul, Cidade Gaúcha, Douradina, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Mariluz, Nova Olímpia, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapejara e Tapira. “Apesar de crises e dificuldades diversas, a região de Umuarama vem se desenvolvendo e reclama mecanismos capazes de lhe assegurar crescimento ordenado, com planejamento integrado de suas prioridades para a superação dos problemas que enfrenta juntamente com outras cidades, buscando a valorização de suas culturas e tradições, assim como o respeito de suas individualidades”, justifica Scanavaca. Segundo o parlamentar, diversas outras regiões do Paraná buscam este nível de organização, seguindo o exemplo da Região Metropolitana de Curitiba, que foi constituída ainda em 1973.

Fonte: ALEP

## **Política Social**

### Educação

#### **Governo do Paraná amplia rede de ensino profissional**

O Governo do Estado está ampliando a rede de ensino profissional em todo o Paraná, em parceria com o Ministério da Educação. Esta semana foi autorizada a abertura de licitação para construção de um Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) no município de Colorado. O investimento, que faz parte do Programa Brasil Profissionalizado, será de R\$ 8,6 milhões.

O novo centro terá capacidade para atender 1,2 mil alunos, em cursos técnicos de Eletrotécnica, Eletromecânica, Química, Açúcar e Álcool, Curtimento e Zootecnia. “Além de Colorado, outros sete centros estão sendo licitados e mais dez estão em construção para benefício de milhares de jovens em nosso Estado”, disse o secretário da Educação, Flávio Arns.

Os dez novos Centros estão localizados nos municípios de Almirante Tamandaré, Fazenda Rio Grande, Cianorte, Assaí, Francisco Beltrão, Ibaiti, Manoel Ribas, Laranjeiras do Sul, Pitanga e Terra Roxa. “Temos ainda neste programa outras 23 escolas no Estado que estão passando por ampliações e reformas para abrigar cursos profissionalizantes voltados à realidade de cada região”, afirmou o secretário.

Segundo Arns, os recursos do Programa Brasil Profissionalizado estavam parados desde 2008, mas a atual gestão realiza desde 2011 ações para licitação das obras e liberação dos valores. As licitações e as obras dos centros seguem em ritmo acelerado, disse o secretário. A Secretaria da Educação ainda desenvolve novos projetos e articulações junto ao governo federal para viabilizar futuros centros em diversas regiões do Estado.

Fonte: Agência Câmara de Notícias